

## MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 26 DE junho DE 2020

### 02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2019. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32761**, datado de **2020.06.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.06.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos documentos acima referenciados, que foi reencaminhado a todos os seus membros constituintes do plenário. -----

----- Participou, por videoconferência, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, procedendo a uma exposição técnica sobre a matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Finda a participação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Gostaria de colocar algumas questões relativamente à análise que fiz do relatório e também do que é relevante no mesmo. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua opinião, qual é a função económica e financeira do Município? -----

Como é que caracteriza as taxas de execução na sua globalidade, boas, más ou mais ou menos. Há aqui um dos subobjetivos do relatório é a taxa de execução quanto ao turismo. O turismo não é um objetivo é um subobjetivo de um objetivo global. Qual é a taxa de execução relativamente ao turismo. -----

O valor que vem neste relatório referente às transferências para as freguesias, é maior ou menor do que era em 2017.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** expôs o seguinte: “Acima da função economia do Município, está o proporcionar do bem-estar às populações que nos elegeram e proporcionar melhores condições de vida e qualidade de vida



a todos nós. Este é, obviamente, o principal fator de um Município e de um executivo municipal, mas aliado a isso terá que haver sempre algum rigor financeiro. E, certamente que o senhor deputado não estava satisfeito, em oito anos de governação socialista, ter delapidado o património Municipal em perto de quarenta milhões de euros porque os resultados líquidos negativos foram constantes. Isso certamente não o deixa satisfeito, mas, mesmo assim, votou a favor do relatório de contas de 2017, onde isso foi evidenciado. -----

Essa é a função do Município. Acho que todos estamos de acordo em relação a isso e, se o conseguirmos fazer com contas equilibradas, todos devemos ficar satisfeitos, penso eu. Por isso, esse é o princípio que nós procuramos manter e é o que temos procurado fazer ao longo destes dois anos de exercício de contas que já foram aprovadas. -----

As taxas de execução, pergunta se estou satisfeito, claro que não, nem ninguém pode estar satisfeito. Todos nós queremos umas taxas de execução muito mais altas, como é obvio. O senhor deputado nunca esteve no executivo municipal, mas o senhor deputado José Alho já esteve e sabe bem das dificuldades administrativas que existem para que um projeto se possa iniciar. Nós quando orçamentamos um qualquer projeto, pensamos que ele terá execução a partir de uma determinada data. Acontece que hoje, com a falta de mão de obra que existe, as empresas tudo fazem para atrasarem o máximo possível as obras, o que vai ter reflexos na execução do orçamento. Respondendo à questão, não estou satisfeito, mas, muitas vezes, a culpa não é dos executivos municipais. Falo com os muitos colegas e acontece-lhes o mesmo. E, nós não temos nenhuma obra deserta, o que acontece quando não há empresas para fazer o trabalho. -----

Quanto ao Turismo. Recordo que o papel do Município é fomentar e procurar trabalhar o turismo, o que temos vindo a fazer dentro das nossas possibilidades. -----

Quanto às transferências para as freguesias, o Município quando aqui chegámos transferia cerca de setecentos mil euros, em termos de despesas correntes, e nós passamos para mais de um milhão de euros. Estou a falar de transferências correntes, pois pode haver transferências de investimento, o que no passado pode ter acontecido para a execução de algumas obras, o que não estamos a fazer agora. -----

Em termos de apoios diretos, como delegação de competências, foi aumentando cerca de 40% o valor das transferências do município para as freguesias, mas também pode haver desvios porque as freguesias podem não executar todo o orçamento que têm disponível por parte da



Câmara Municipal. O dinheiro transferido para as juntas de freguesia pode não ser todo utilizado naquele ano e passará para o ano seguinte. Hoje, o executivo transfere muito mais dinheiro para as freguesias do que transferia no passado.” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Em nome do grupo municipal do Partido Socialista, queria defender a nossa honra, se me permite. Não acredito que o senhor Luís Albuquerque deve ter dito isso, não acredito que tenha sido intencional, utilizou aqui uma expressão que penso não vai na sua cabeça, de acusar o Partido Socialista no executivo, de ter delapidado o Município em 40 milhões de euros. Foi isso que disse. Gostaria de saber se o reafirma. -----

Dizer ainda, sob o ponto de vista do conceito, delapidar significa fazermos uso errado, esbanjar, uma utilização negativa e até criminal dos fundos, o que não significa que seja a visão que eu tenho dos tempos passados. Se nós recordarmos a grande dívida que o executivo do Partido Socialista herdou em 2009, e recordava que, na altura, o senhor Presidente também era Vereador assim como o senhor Presidente da Assembleia Municipal, recordava, por exemplo, uma questão que aí sim, poderia, mas não iria usar o termo delapidação, mas talvez erro de planeamento que foram os custos associados ao novo edifício dos Paços do Concelho. Estavam estimados numa quantia que não chegava aos 4 milhões de euros e ultrapassaram os 8 milhões, porque até se tinham esquecido que tinha de haver fundações, tinha de haver estacarias, etc.. São erros de planeamento, não apelido isso de delapidação, como aqui referiu. Quando há pouco foi referido que o revisor oficial de contas já retira esse milhão de euros, sabe de onde era? De um conjunto de projetos encomendados na altura pelo executivo presidido pelo Dr. David Catarino e que o executivo do Partido Socialista, obviamente, enquadrou e, como qualquer instituição deve fazer, deve honrar os compromissos e tentar resolvê-los a bem da dignidade do uso dos serviços públicos. -----

Pedi a palavra, para dizer que acho, manifestamente, inoportuna a afirmação delapidação, poderá usar outro adjetivo. -----

E, escuso-me a entrar aqui nesta guerra de quem faz o quê. Todos fazemos coisas boas e coisas erradas. O Partido Socialista, por acaso, no seu executivo de 2009 a 2017, até tem uma vantagem que lhe foi traduzida pela Coligação de direita, que foi a questão de haver a Lei dos Compromissos, um conjunto de travões junto de administrativos e financeiros que, mesmo que



houvesse esse espírito despesista de que acusam sempre o Partido Socialista, em sequer ele era possível de concretizar porque a Lei o travava.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Comentando o que o senhor deputado José Alho aqui nos traz, o termo delapidar pode ser exagerado mas, nunca pus em causa a honorabilidade de quem aqui esteve. Eu disse que os executivos socialistas, durante oito anos, apresentaram, consecutivamente, resultados negativos que contribuíram para que o resultado do ativo do Município tivesse caído, não delapidado, tivesse caído. Esta foi a ideia que quis transmitir. -----

Em relação à ADSL, eram projetos do PSD, mas que, durante oito, dez anos, 12 anos, ninguém foi capaz de resolver. Teve de haver aqui acordos com a ADSL para resolver a questão e penso que todos devemos estar satisfeitos por isso ter acontecido. E, não falo só em nome da Câmara de Ourém, falo também da Câmara da Batalha, da de Porto de Mós, Leiria que também tinham. Era uma série de entidades que conseguiram resolver o problema. -----

Em relação à dívida, que fique bem claro, e acho que o disse, a dívida tem vindo a baixar desde 2011. O teto máximo da dívida, estão aqui os relatórios, foi em 30 de junho 2011, no valor de 37.453.602,74 euros.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores -----

Demais colegas -----

A minha intervenção é justificada pelo seguinte. É verdade que o senhor Presidente, agora já retirou o que disse e o meu colega José Alho já fez a defesa da honra da bancada e, sobretudo, a verdade história. -----

Recordo-me, aquilo que marcou a vida do Partido Socialista, nos 8 anos que estive na Câmara Municipal, foi a baixa da dívida, não foi o aumento da dívida. Foi lutar contra tudo e contra todos para baixar uma dívida de, ainda do ponto de vista contabilístico, encontra uns 37 milhões de euros no ano de 2010 e, quando o senhor Presidente agora tomou posse, tinha lá uma dívida de 11 milhões. São 26 milhões de baixa da dívida. Esse é o grande legado que a gestão Socialista deixa para além de um forte investimento em áreas onde este executivo não aposta, e por isso também poupa. Se formos a ver, o senhor Presidente fez uma execução em

2018 onde poupou 2 milhões de euros, mas não apoiou nenhuma instalação de IPSS. Poupa mais 1 milhão e tal em 2019, e para 2020 a mesma coisa. -----

Ora, nós fizemos um programa social no concelho de Ourém que teve mais de 7 milhões de euros de investimento da Câmara no apoio a IPSS a sério que, já vinha de trás, também é preciso dizê-lo. Temos instalações no CRIO e noutras instituições no concelho que levaram a que os resultados líquidos fossem negativos no final, mas, recordo-me perfeitamente, das declarações de voto do PSD e do senhor Presidente da Câmara, na Câmara Municipal. Algumas declarações de voto do PSD, na Assembleia Municipal, atirando-se ao Presidente da Câmara anterior pelo facto de fazer provisões e o Presidente da Câmara anterior dizia que fazia provisões e os resultados eram negativos porque havia processos em Tribunal, havia isto, havia aquilo... -----

Não vou aqui fazer um julgamento de ninguém. O senhor Presidente apresenta aqui as contas e devemos sublinhar pela sua qualidade e pelos resultados que tem, são bons, baixam também a dívida. É preciso dizer isto, mas também é preciso dizer que baixou a dívida muito à custa de poupar muito dinheiro e de investir muito pouco. Com taxas de execução desta, quase 40% do orçamento não é executado. -----

Não sei qual o fim disto, mas espero que possamos ir dando passos, baixando a dívida, a curto e médio prazo. Como já disse, se tivermos de aumentar a dívida para termos obra, que o façamos. -----

Não vale a pena atirar com o presente nem com o passado, vale a pena sim, dizer que estamos a fazer a melhor gestão possível e a taxa de execução, cada um responde pelas suas. O senhor Presidente acabou de responder pela sua.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Falou-se aqui em investimento. É bom esclarecer essa situação e temos de comparar os períodos homólogos. Temos dois exercícios completos, os anos de 2018 e 2019. Se compararmos com o mandato anterior equivale a comparar com os anos de 2014 e 2015, que são os dois primeiros anos depois do início do mandato. Fiz aqui este exercício e em 2014 e 2015, o volume de investimento municipal foi de 9.022 661,47 euros, em 2018 e 2019 o período homólogo, o volume de investimento foi de 12.360.913,02 euros, o que significa que, durante estes dois anos que podemos comparar, este executivo atual investiu mais

3.338.251,55 euros, o que equivale a dizer que o valor do investimento foi 37% superior em relação ao mesmo período do executivo anterior.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor, ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, expôs o seguinte: “Gostava de fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara. -----

Agradeço a sua amabilidade em nos esclarecer, mas, salvo melhor opinião, essa comparação não pode ser feita porque está a comparar um tempo da Troika com o tempo de agora. Está a comparar o fim do quadro comunitário que acaba em 2013, tendo uma pequena execução em 2014, com os anos em que deixaram seis milhões de obra devidamente garantida com financiamento comunitário. Mais, uma obra de três milhões e meio de euros de saneamento, também candidata e ganha e que executou. Se formos questionar os oureenses onde é que foram gastos esses três milhões e meio de euros, não conheço nenhuma outra obra inaugurada. Explique onde gastou esse dinheiro.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Sr.s Secretários, -----  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Sr.s Vereadores, -----  
Ex.mos Senhores Deputados, -----  
Ex.mos Oureenses, -----  
Ex.mos membros dos órgãos de Comunicação Social, -----  
Minhas Senhoras e meus senhores, -----

Todos os anos, o momento da análise do Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referente ao ano anterior é aquilo a que popularmente podemos chamar a “prova dos nove” ou o “momento da verdade”. Aqui não há margem para outros números e o parecer Revisor Oficial de Contas externo garante a independência que se exige para a credibilidade desta discussão. Em suma, por mais voltas que se possam dar, a veracidade e a factualidade dos números apresentados não dá qualquer margem para interpretações políticas à medida das conveniências. -----

Por se tratar de um documento extenso e muito específico, salientamos cinco factos que sobressaem neste documento e que à bancada do Partido Social Democrata, deixam um sentimento de grande satisfação e orgulho: -----

- 1) O Município tem uma dívida de 7,5 milhões de euros, historicamente, o valor mais baixo desde 2002; -----
- 2) O Município tem depósitos à ordem, de 9,5 milhões de euros, ou seja, a qualquer altura poderia solver toda a dívida municipal, o que não acontecia desde 2002; -----
- 3) Pelo segundo ano consecutivo, o Município apresentou resultados positivos, o que já não acontecia desde o pretérito ano de 2005, sendo bom recordar que no ano de 2017 o resultado líquido tinha sido de negativo em 4,4 milhões de euros; -----
- 4) O valor do investimento municipal continua a ser superior face ao ano anterior, sendo que em 2019 se fixou nos 6,4 milhões de euros, sendo que o investimento no período homólogo do mandato anterior (em 2015) se fixou nos 4,6 milhões de euros;
- 5) O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 21 dias, quando em 2017 se situava nos 34,5 dias. -----

Destes números resulta uma consequência imediata... durante este exercício autárquico, com o Partido Social Democrata na gestão municipal fica de uma vez por todas debelada a constante tentativa do Partido Socialista em rotular os nossos autarcas de despesistas e sem rigor na gestão, ficando também bem evidente a melhoria acentuada de todos os indicadores económico-financeiros comparativamente com 2017. -----

Face aos números agora apresentados, não deixa de ser caricato, para não dizer incompreensível, que os Sr.ºs Vereadores do PS **(e agora a bancada do PS nesta Assembleia)** tenham optado pela abstenção nos dois últimos orçamentos quando, os mesmos Vereadores em 2017, e com resultados negativos em cerca de 4,4 milhões de euros, tenham votado favoravelmente. -----

Coerência é preciso.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: -----

Nota prévia: “Antes do mais, gostaria de deixar uma nota prévia para registar, aqui, em sede de reunião de Assembleia Municipal, que temos vindo a assistir a uma desoneração de certos pontos da ordem de trabalhos, quando - sem pretender substituir-me a nenhum outro Partido no sentido de definir as suas próprias prioridades - há matérias que devem ser tratadas, do meu ponto de vista e do ponto de vista do CDS-PP, de forma bastante mais aprofundada. Na última reunião da Assembleia



Municipal, tratou-se a revisão do PDM. O PDM é um documento, um instrumento, importantíssimo e não houve um debate, por parte de alguns partidos políticos aqui representados, digno desse nome, que fosse ao fundo da questão. Aproveita-se o período de debate para fazer perguntas ao Executivo, usa-se este tempo para fazer insinuações e tentar censurar o comportamento político do Executivo, mas, quanto à matéria de fundo, eu próprio, fico sem saber, nomeadamente em relação ao Partido Socialista, o seu pensamento sobre estas matérias. Hoje, na reunião de hoje, está a colocar-se a mesma questão em relação às Contas. Se a revisão do PDM foi uma das matérias de fundo que deveria ter sido debatida apropriadamente nesta Assembleia – e o Partido Socialista não o fez -, outra é o Relatório e Contas, que o PS volta a não querer discutir no período consagrado ao debate. -----

Com esta nota prévia gostaria de sugerir que, em futuras reuniões da Assembleia Municipal, e sem prejuízo do que está consagrado em regimento, cada Partido promova - como digo, sem pretender interferir na liberdade que cada um tem para definir as suas próprias estratégias - nos pontos que manifestamente todos consideramos como essenciais, um debate aprofundado sobre eles.” -----

Declaração: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----

Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e Empresariais, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-PP, gostaria de me congratular com o resultado apresentado no Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes a 2019. -----



Como sempre temos dito, a actividade política deve nortear-se pela coerência. Durante todo o período em que a 'Coligação Ourém Sempre' exerceu o seu mandato na oposição, sempre se bateu de forma pública e transparente pela importância do rigor nas contas municipais, precisamente porque só desta forma é possível não apenas cumprirmos o que prometemos como irmos ao encontro dos verdadeiros destinatários da acção política. E os destinatários preferenciais da nossa acção política são as pessoas, as famílias, as escolas e as empresas, dedicando especial atenção às comunidades de vizinhos, à livre associação e ao voluntariado. Os candidatos e, depois, os eleitos pela 'Coligação Ourém Sempre' assumiram, por isso, o compromisso de promoverem uma gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos, reduzindo, em simultâneo, a dívida e a carga fiscal que onerava – e ainda onera - tanto as famílias como as empresas. A redução e a eventual extinção de impostos e de taxas constitui um factor decisivo para promover e favorecer a família, dinamizar o tecido social e económico e contribuir para a criação de mais postos de trabalho e de mais riqueza ao nível municipal, bem como para fomentar políticas urbanísticas, de desenvolvimento, de combate à desertificação e de recuperação de zonas do interior. Mas como todos bem sabemos, só é possível baixar taxas e impostos se a gestão dos dinheiros públicos for absolutamente rigorosa. Por isso, cada dia que passa em que a dívida é mais baixa e os dinheiros são geridos com mais rigor, mais esperança temos de que a despesa de hoje não se transforme em impostos e taxas amanhã. -----

Ora o Relatório hoje apresentado a esta Assembleia configura a mais baixa dívida do município desde 2002 e representa uma redução de 1,4 milhões de euros face a 2018. Mais: em 31 de Dezembro de 2019, o município tinha uma disponibilidade financeira de 9,5 milhões de euros, o que, de forma simples e que todos entendem, significa tão-só que, se assim o entendesse, o Executivo municipal poderia liquidar integralmente a dívida que tem e ainda dispor de algum dinheiro. É muito bom que nos encontremos nesta situação financeira. -----

Senhor Presidente -----

Minhas Senhoras -----

Meus senhores -----

Perante este facto maior e perante todos os que aqui foram apresentados pelo Executivo relativamente ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referente a 2019, de que também posso destacar, por exemplo, o prazo de pagamentos a fornecedores que é de 21



dias – que diferença para as contas nacionais do Estado, que diferença...! – o CDS-PP entende, lembrando-se muito bem do que se passou em 2011 quando o país não dispunha de um só cêntimo para pagar salários aos seus próprios funcionários e, por não dispor de dinheiro, nos obrigou, a todos, portugueses, a passarmos por uma situação muito difícil com enormes sofrimentos que não devemos esquecer, antes recordar a cada momento, o CDS entende, dizia, que é este o caminho certo: contas em dia, contas certas, contas sãs. -----

Estranha, por isso, o CDS que o PS se abstenha quanto a este Relatório, sobretudo quando no ano passado votou a favor! Ou seja, o PS vota a favor quando as contas se revelam piores e abstém-se quando as contas se revelam melhores. Por este andar, mantendo o Executivo, como deve, o mesmo rumo, poderemos todos contar já com o voto contra do Partido Socialista no Relatório de Contas relativo a 2020... -----

Ironia à parte, a verdade é que a posição do PS é incompreensível! E é-o tanto mais quanto, depois, usando o argumento das constas sãs, acusa o Executivo de falta de ideias e de visão. Ora todos nós sabemos e conhecemos bem como é que o Partido Socialista gere dinheiros públicos. É por isso que essa acusação feita ao Executivo não colhe. E não colhe porque a 'Coligação Ourém Sempre' sempre entendeu que só se deve dar um passo em frente quando, se tiver que dar um passo atrás, o terreno que pisar é terreno firme. Porque se for pantanoso também sabemos o resultado que daí adviria. -----

Portanto, Senhor Presidente da Assembleia e, em especial, Senhor Presidente da Câmara, o CDS congratula-se com o caminho traçado e mais do que isso, com a forma como V.Exa. e o Executivo a que preside têm gerido eficiente, equilibrada e transparentemente os dinheiros e os serviços públicos autárquicos. -----

Honrar, também nesta matéria os compromissos eleitorais que defendemos junto dos nossos munícipes, não os deixando cair depois de ganharmos as eleições, sendo já uma marca do exercício do nosso mandato autárquico, não significa nem falta de ideias nem falta de visão. Significa, isso sim, realismo. O sonho, esse, continua. E haverá tempo. Do nosso ponto de vista, não basta termos visão. Mais do que o desafio, o objectivo é - e deve ser – o de conseguirmos concretizar a visão que temos sem comprometer o futuro colectivo, nomeadamente o das pessoas, das famílias, das escolas e das empresas, isto é, o futuro dos destinatários preferenciais da nossa acção política. -----

Disse.” -----



----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor, JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Não queria contribuir para o alongamento da sessão, mas, como fui aqui interpelado diretamente, gostaria de dizer ao deputado Martim, com todo o respeito intelectual que merece, tenho de refutar a sua forma de a nossa participação. Provavelmente, apesar de ter referido o Partido Socialista, deve estender essa apreciação também a todos os outros grupos que constituem esta Assembleia, de que não há debate, se fazem perguntas. Há uma determinada metodologia que é a exposição dos pontos, aos quais nós temos o direito democrático de sermos esclarecidos e podermos colocar todas as questões. -----

Penso que há alguma inverdade da sua parte quando agarra em dois exemplos concretos. Com toda a honestidade intelectual, quando refere a questão do PDM e a questão das Contas. Relativamente às Contas, cada um pode ter a sua opinião, a democracia é exatamente isso. Eu intervim aqui chamando a atenção que havia aqui um termo que era completamente despropositado, descontextualizado, porque delapidar é um crime. Se houvesse essa delapidação, o senhor Presidente da Câmara, o que teria de fazer, era comunicar ao Ministério Público o acionar os mecanismos normais para um ato tão violento do ponto de vista do ordenamento jurídico e, concretamente, do criminal. -----

Relativamente à questão do PDM, só posso admitir, com todo o respeito, que tenha estado distraído. Eu que, felizmente, vou tendo boa memória, digo-lhe, se houve debate ou tentativa de debate, houve de forma séria do Partido Socialista. Eu próprio, na declaração que aqui fiz, que, infelizmente, por respeito democrático, não houve tempo para a ler toda porque ultrapassava os três minutos, mas referi questões essenciais e que estão transcritas na ata. O nosso protesto relativamente a um assunto tão importante como a Comissão Municipal de Ambiente e Ordenamento do Território não ser ouvida nisso, a que refutou que não era necessário, é necessário. Se uma Comissão existe formalmente ela tem de ser ouvida. Eu referi questões tão incongruentes para o desenvolvimento do concelho como, por exemplo, permitir a existência de exploração de pedreiras fora dos espaços designados no PDM para isso.



Referi a falta de intermunicipalidade. Referi o caso concreto da zona empresarial de Gondemaria. Além de muitas outras questões em que fui ao fundo da questão. -----  
Por isso, eu não posso aceitar, em nome do Partido Socialista, que se diga que isto é quase um faz de conta, se bem que, no caso do PDM, até poderíamos questionar qual a utilidade prática de estarmos num debate, num momento em que o executivo já o tinha aprovado e nós estávamos aqui apenas a fazer mais um serviço de “marionetas”, pessoas de um teatro que tínhamos de cumprir este papel porque a aprovação já estava feita. Qualquer alteração substantiva que aqui existisse não tinha qualquer efeito prático. Mesmo sabendo isso, aceitámos do ponto de vista intelectual e político e dar o nosso melhor. Pelo menos a postura do Partido Socialista, enquanto eu estiver aqui na liderança, e estes meus colegas, vai nesse sentido.” -----  
----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Deixo aqui uma nota, não fique a dúvida da agressividade que, eu julgo, não houve em momento algum, que na primeira pessoa do singular do infinitivo flexionado da palavra “delapidar” significa “*gastar, esbanjar, eliminando aos poucos a riqueza*”. O que me parece que foi devidamente atribuída.” -----  
----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Com o respeito intelectual que o Dr. José Alho nos merece, gostaria lhe dizer que quando entendi proferir a nota prévia que proferi, não me esqueci da intervenção que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> fez na última reunião da Assembleia Municipal e, portanto, não estava distraído. Pelo contrário, lembro-me exactamente do teor da sua intervenção. O que eu hoje aqui disse foi num sentido diferente. Vou, portanto, ser mais claro. O que contestei foi o método que o PS está a usar para não discutirmos as coisas mais aprofundadamente. Se bem me lembro, posso estar enganado, na questão do PDM, o PS e, em particular, V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, colocou, de facto, duas ou três questões, aquelas que acaba de dizer, mas a intervenção de fundo do PS foi feita através de uma Declaração de Voto, o que significa que a posição de fundo do PS foi apresentada depois de terminado o debate e depois de terminada a votação. Hoje, face às Contas relativas a 2019, acontece exactamente a mesma coisa. Nem eu nem o CDS-PP desvalorizamos a figura da Declaração de Voto. Mas, esta, é,



no meu entender, um instrumento acessório ao debate que deve servir essencialmente para explicar o sentido de voto tomado e não para dar a conhecer a posição de um partido ou de um deputado sobre uma determinada matéria. E, na verdade, temos tido assuntos muito importantes na Agenda das reuniões da Assembleia Municipal que, depois, são desvalorizados, impedindo um debate sério e franco e uma saudável troca de pontos de vista entre partidos. Para o CDS-PP a essência da democracia não está na figura da Declaração de Voto.” -----

**----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR; 10 ABSTENÇÕES: 08 GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, 02 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL MOVE – 34 PRESENCAS. -----**

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “O presente Relatório de Gestão e Contas do Município referentes ao ano económico de 2019, verificámos que este relatório apresenta resultados positivos. -----

A economia também foi favorável e dívida de hoje permite que, neste ano, se faça mais investimentos nas empresas para que contribuam no progresso do concelho. -----

Estou esperançado de que o investimento nas freguesias, conforme o senhor Presidente referiu que vão fazê-lo diretamente, avancem porque nós, à partida, e conforme já foi referido aqui, 2009, Seiça foi a única Freguesia onde foram suspensos os investimentos e as obras não foram realizadas. A seguir, as freguesias foram penalizadas, no primeiro mandato, porque não houve apoio, mas, o concelho teve de estar a apoiar concelhos que tinham feito os seus investimentos, portanto, as freguesias foram todas penalizadas e, creio que, neste momento, por questões de justiça, era fundamental que este ano, face aos resultados económicos que se avancem com todos os projetos que ficaram pendentes na Freguesia de Seiça no ano de 2009. Em 11 anos, as pessoas pagam impostos e têm direito a ter a resposta que os outros municípios em 2009 tiveram. -----

Esta minha declaração é no sentido de votar a favor, mas com a condição clara de que, neste momento, existem condições para que Seiça tenha mais investimentos, no sentido de corrigir o



défi ce de 2009, foi uma injustiça que foi feita a Seiça. Penso que, neste momento, existem condições para que a mesma seja saldada.” -----

= FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olival, expôs o seguinte: “Faço minhas as palavras do Presidente de Junta de Freguesia de Seiça. Quero, contudo, acrescentar que a Câmara Municipal reduziu a dívida, mas considero que esta redução foi feita à custa de pouco investimento. -----

No caso de Gondemaria e Olival, e já venho a dizer isto há algum tempo, o investimento tem sido quase zero. -----

O meu voto é favorável, mas espero que, no futuro, se olhe mais para a Freguesia de Gondemaria e Olival. -----

Obrigado” -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “ANO DE 2019 – PERDIDO E ADIADO -----

O grupo municipal do Partido Socialista abstêm-se na votação do relatório de gestão e prestação de contas do ano de 2019, simplesmente e unicamente, porque do ponto de vista técnico o documento está bem elaborado, sendo esta também a opinião da auditoria e do Revisor Oficial de Contas. -----

Politicamente O Executivo FRACASSOU na missão de executar o seu programa... e sabe bem disso. -----

Só na necessidade de contas certas e equilibradas temos opinião coincidente, como pode ser verificado no enorme decréscimo da dívida municipal nos anos que mediam entre 2009 e 2017. -----

Este nunca seria um relatório e contas de um executivo liderado pelo Partido socialista, senão vejamos: -----

Na mensagem do Sr. Presidente de Camara, constante do relatório, nada se diz sobre o **futuro**. Recordemos que o objetivo deste documento é conhecer profundamente o que de mais relevante se passou na Camara no período em análise, os objetivos e as limitações futuras. Mais estranho é a total ausência de referências ao impacto brutal que terá a pandemia COVID19. -----

Como seria possível votarmos favoravelmente o relatório quando: -----



- No quadro de candidaturas ativas só 22% dos valores dos investimentos propostos são da lavra deste executivo, ou seja, 26 meses depois da tomada de posse. Todo o restante vem do executivo PS. Parece-nos muito pouco. -----

- Nas GOPS destacam-se os 14,56% de execução na Saúde, os 38% na Comunicações e Transportes e até nas Freguesias -----

- Nas freguesias a taxa de execução foi de 79%, no entanto a verba aplicada ainda é, imagine-se 16% menor que em 2017. -----

- Salientamos ainda, por ser especialmente grave que, a taxa de execução do sub objetivo Turismo foi de 3%, **repito para que não fiquem dúvidas 3% de taxa de execução no turismo**. Deixamos no ar a questão se terá sido uma pequena vingança pela não aprovação da taxa turística. -----

Desmistifiquemos então a propaganda: -----

Todos nós sabemos que **o objetivo final da função económico-financeira de um Município não é gerar Resultados Líquidos, mas sim implementar estratégias e investimentos tangíveis e intangíveis para criar condições para melhorar a vida comum dos seus municípios...** As empresas distribuem lucros, os municípios, não! -----

Obviamente que o objetivo de todos é que se mantenham contas certas e equilibradas, mas, existindo esse equilíbrio, a não execução dos orçamentos na medida que foram propostos, constitui-se por si só um insucesso político, e a arrogância de o não admitir, merece, portanto, reprovação. -----

Tudo isto já seria demasiado grave, se não estivesse associado a um tacticismo eleitoral obvio, com claro prejuízo para os cidadãos do nosso concelho. -----

Não cumprir o orçamentado para que, no ano eleitoral de 2021, tudo apareça feito ou em execução. -----

Já este ano, fruto dessa estratégia ou incapacidade de executar, o que esta própria Governação se propôs a executar, vimos um saldo de gerência de 2019 a ser transferido no valor de 9,3 milhões. -----

Voltamos a referir e a salientar que o saldo de gerência é a incapacidade de executar o que está orçamentado, por vós orçamentado. -----

Não se vota contra umas contas que estão bem elaboradas tecnicamente, mas a nossa abstenção é uma clara reprovação à política camararia de não execução do orçamentado e do taticismo político.” -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Analisados todos os documentos em apreço, bem elaborados pela Divisão de Gestão Financeira (DGF) e corroborados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), conclui-se que as finanças do Município apresentam, percentualmente, resultados positivos que resultam, também, da falta de investimento público, como já disse na minha anterior intervenção. -----

Onde estão as obras, de fundo, apregoadas desde 2018 até hoje? E as estratégias de desenvolvimento do Concelho? -----

Neste contexto, o MOVE – Movimento Independente, na esperança de uma mudança de estratégia de investimento, abstém-se!” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 26 de junho 2020. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,

